

# EDUCAÇÃO e --- TECNOLOGIA



Revista do Instituto Politécnico da Guarda

**"EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA"**

Revista do Instituto Politécnico da Guarda

**DIRECTOR: João Bento Raimundo**

**REDACÇÃO: Rua Comandante Salvador do Nascimento**  
**Telef. 21634 6300 GUARDA**

**PROPRIEDADE: Instituto Politécnico da Guarda**

**EXECUÇÃO GRÁFICA: Secção de Reprografia do IPG**

**Depósito Legal N.º 17.891/87**

**Reprodução total ou parcial proibida**

**N.º 2 / Janeiro / 88**

## **IMPORTA SABER SER**

**Não é sem um certo orgulho que publicamos o segundo número da revista do Instituto Politécnico da Guarda.**

**Pretendemos abrir um espaço de comunicação — fizemo-lo;**

**Pretendemos a participação de alunos, professores, comunidade — tivemo-la;**

**Pretendemos que houvesse lugar à informação, à reflexão, à troca de experiências — conseguimos-lo.**

**A verdade é que a adesão foi entusiástica e a aceitação foi expressa em inúmeras palavras de estímulo que nos incentivam a continuar na procura de maior qualidade.**

**O segundo número de "Educação e Tecnologia" vai coincidir não só com a abertura do novo ano escolar da Escola Superior de Educação, o segundo, mas também com o início das actividades lectivas de mais uma escola — a Escola Superior de Tecnologia da Guarda.**

**Numa sociedade confrontada com rápidos e constantes progressos no domínio científico tecnológico e com a conseqüente evolução, ou seja, uma sociedade em constante mutação, requiere-se um homem novo capaz de protagonizar a mudança e, ao mesmo tempo, capaz de se manter fiel a si próprio nessa mesma sociedade.**

**Na formação dos técnicos e professores do I.P.G. tentamos que se desenvolva a capacidade de participar livre e plenamente em actividades comuns numa perspectiva de realização em comunidade. Tal só é possível com o alargamento do horizonte cultural e cada um interagindo, aprendendo com os outros e proporcionando aos outros condições de aprendizagem na condição de que, mais do que saber ou saber fazer, o que importa é saber ser.**

**"Educação e Tecnologia" pretende, afinal, afirmar-se como um dos muitos meios para o conseguir.**

**João Bento Raimundo**

**Presidente da C.I. do Instituto Politécnico da Guarda**

# EMIGRAÇÃO E IDENTIDADE

---

Eduardo Lourenço — Prof. Universitário. Escritor. Ensaísta.

---

"TUDO O QUE SOBE, CONVERGE". Teilhard de Chardin

Fracassada ou bem sucedida, a experiência da emigração quando toma as proporções de um fenómeno de massa, como a nossa nos anos 60 e 70, é sempre uma realidade dramática. O que essencialmente se joga nela e lhe dá esse carácter tem que ver não apenas com o sentimento da *identidade*, a título individual, mas com a identidade da nação ou do povo que através do emigrante se confronta com o "outro". Esse confronto é um elemento de perturbação mais ou menos intensa da nossa personalidade enquanto integrada no seu meio "natural" o seu país, ou mais concretamente "a sua terra". Não há emigrações felizes, embora as consequências o possam ser. É sempre como ruptura que a emigração começa, mesmo vivida como ineluctável, e é como doloroso processo de adaptação que se continua. Por maior que seja a capacidade de adaptação, de ajustamento às novas condições — e o emigrante português revela-se geralmente dúctil — tudo se passa como se ele se transforme em *outro*, não apenas porque o olhar do meio que o recebe assim o vê, mas porque ele assim se percebe no meio estrangeiro. Talvez a forma mais dramática desta perda de "identidade" quer dizer do seu estatuto originário, nem seja essa da percepção da sua *diferença* em terra estrangeira no fundo, natural, e até ocasião para muitos descobrirem então uma "identidade" vivida sem consciência dela — mas a bem conhecida de vir a tornar-se *estrangeiro* na sua própria terra. Todos os emigrantes com permanência duradoira em França ou na Alemanha conhecem bem esta situação. Inevitável, como é, a questão com interesse é a de saber vivê-la e assumi-la com um mínimo de traumatismo. Ao choque traumático com o "outro", este segundo, com a pátria de origem, acrescenta um toque de ironia e crueldade dificilmente suportáveis. Nem o sucesso, nem a ostentação dele — formas de diluir a espécie do "pecado original" ligado à condição emigrante bastam para reintegrar positivamente o antigo estatuto de "identidade".

A nova emigração portuguesa deste meio século tem em relação à antiga — a que fazia para o Brasil, para a Argentina, para os Estados

Unidos ou a África — qualquer coisa de diferente e de consequências inéditas em relação ao estatuto de identidade do emigrante. A antiga emigração, além de não atingir proporções da mais recente, tinha como destino países ou espaços coloniais de vocação, por assim dizer, oficialmente *emigrante*. Quem partia, sabia mais ou menos, ou que ia para um território da mesma língua (ou próxima) como o Brasil, Angola ou Moçambique ou para países onde “os outros” também eram ou tinham sido emigrantes. Mas nem a França, nem a Alemanha são, no mesmo sentido, *países de emigração*. Uma e outras destas nações, são espaços de identidade profundamente integrada e potencialmente integradora. O contacto com eles nem os pode deixar indiferentes à sua vocação de nações “integradoras” (sobretudo, a França) nem permitir aos emigrantes uma preservação sem problemas da sua própria identidade. Quando esses emigrantes procedem, como os nossos, de um povo tão cioso da sua coesão íntima, da sua consciência da sua particularidade, originalidade, memória da sua acção no mundo, a sua presença, a título prolongado ou definitivo, só pode gerar situações de uma complexidade exterior.

Desde há vários anos que existe uma política oficial de emigração. À parte os aspectos técnicos dela — assistência, presença docente junto das diversas comunidades emigrantes ou núcleos — o objectivo simbólico da política de emigração visa a preservação ou reforço da *identidade* do emigrante que, a justo título, se percebe como “ameaçada”. As próprias associações de emigrantes exprimem essa vontade de preservação dos traços de identidade nacional e a sua actividade tende igualmente ao seu reforço. Esse reflexo é o reflexo normal e comum de todas as comunidades emigradas. Orgânico e espontâneo na primeira geração com o tempo o carácter voluntarista desta luta pela *identidade* torna-se visível e é então que, realmente, a questão de identidade se põe. A questão não tem uma única solução e, em última análise — do nosso ponto de vista de país de emigrantes — não tem nenhuma. Ou o emigrante que partira na perspectiva de regressar o mais depressa possível regressa de facto, só ou com todo o agregado familiar e recupera o primitivo estatuto, apenas superficialmente abalado; ou fica e ficam, sobretudo, os filhos e nesse caso a oscilação ao estatuto e na realidade, da própria identidade e dos seus, devem manifestar. Se a chamada “segunda geração”, as do que nasceram e foram educados na França ou na Alemanha, pode ainda prevalecer-se, independentemente da sua *nacionalidade* uma espécie de “dupla identidade”, a terceira, regra geral já se vive com outra identidade, mesmo se a nível simbólico possamos assistir a fenómenos de descoberta da *identidade perdida*, convertida então numa espécie de mito. Qualquer destas situações é difícil de assumir. Em todo o caso, uma coisa é certa: “voluntarismo” algum preservava uma “identidade” confrontada ao longo do tempo com um meio que por definição oferece ao emigrante — senão não teria emigrado — sobretudo à sua descendência, perspectivas mais interessantes do que as do país de origem. Não me refiro unicamente às económicas — seri-

pleonástico — mas às educativas, sociais, culturais, em sentido largo.

Um único fenómeno é susceptível de preservar ou consolidar a nossa "identidade" emigrante — se no sentido em que ela pensada esse desiderato fosse — sem benefício indiscutível para o emigrante — mas esse fenómeno é, em todos os sentidos do termo, altamente negativo. Refiro-me ao da rejeição ostensiva, quase visceral, do emigrante pelo país de acolhimento e que melhor seria, neste caso, chamar do não — acolhimento. É a situação actual, ao menos para uma parte da sua população, das relações França-Magreb. O contencioso histórico que até podia aproximar, uma certa "francofonia" dos emigrantes magrebinos não obsta a que as relações entre eles e a população francesa tenha dado lugar a uma espécie de "gheltinação" mútua das suas comunidades em presença. A emigração portuguesa em França nunca criou esse tipo de fenómeno de rejeição. O que não quer dizer que não tenha havido ou não haja problemas de "relacionamento", de "imagem" mas sem medida comum com os resultantes da presença árabe em França ou turca na Alemanha. Resulta daqui — toda a medalha tem duas faces — que para nós a preservação de "identidade" é mais difícil e no limite, salvo para estratos de emigração particular — intelectual, artística, tecnológica, — impossível.

Na realidade, desde o início — quando a emigração parecia um fenómeno ao mesmo tempo irresistível e passageiro — a política em relação ao emigrante e em especial, a relativa à educação e cultura, foi de curtas vistas, eivadas de boas intenções hiper — nacionalistas mas desastrosas para o fim que se desejava obter. *Não se queria perder o emigrante*, essa "riqueza" como diziam os jornais da época, riqueza "lá fora" que se expatriara pela pobreza de dentro. Muito bem. O País pôs-se então a correr — levou algum tempo — atrás dos filhos futuramente prodígios, mais que pródigos. Uns para lhes salvar a alma, outros para lhes arrecadar o dinheiro, organizaram então a "assistência ao emigrante". Com a melhor intenção do mundo desse reflexo tardio de "nacionalismo" ia, foi indo, no sentido de uma inegável "segregação" do emigrante. Ainda compreensível numa primeira fase esta "política" necessitava de uma outra dimensão, uma dimensão que não tendesse apenas a defender e a reforçar a *identidade* do emigrante em termos defensivos. Em suma, uma política concebida sob a forma de *diálogo* entre o Portugal emigrante e a nação entre a qual estava visivelmente condenado ou disposto a organizar e viver sem futuro. Fala-se e critica-se muito a *indiferença* do país de acolhimento. O assunto é escaldante e complexo. Não faltaram gestos, dispositivos e disposições as mais positivas no sentido de uma aproximação, de uma comunicação entre as duas comunidades. O drama é que os nossos primeiros emigrantes não estavam minimamente preparados — salvo nos seus reflexos vitais — para corresponder sem se sentirem vagamente ameaçados na sua identidade por essa política — na medida em que a houve — que podia e tinha de ter fatalmente alguma consequência "integracionista". É o caso para dizer preso por ter cão,

preso por não o ter. Na realidade a questão nunca foi posta em termos claros, os únicos que o fenómeno emigrante em todas as latitudes impõe e comporta: ou a "gheltização" ou a "integração". No espaço entre ambos há lugar para uma terceira solução, ao menos durante um certo tempo, a solução "comunicante", a da "reciprocidade". Não é possível, nem justo, criticar unicamente a indiferença, o descaso, ou as deficiências do país que acolhe em relação ao emigrante, sem se pôr a questão da atitude do mesmo emigrante para o país que o acolhe.

Em última análise foi ele que o escolheu ou se deixou escolher por ele por não ter em casa solução humana para uma vida decente. As obrigações da França e da Alemanha para com os seu emigrantes, mesmo se não são cidadãos "à part entière" são evidentes e as legislações respectivas as consignam. Mas há também um esforço das comunidades emigrantes para *conhecer* — o amor não se pode exigir — o país em que estão, a história da nação que recebe os seus filhos nos seus liceus e universidades. Preservar a "identidade" do emigrante, reforçá-la por um suplemento de consciencialização cultural — tão frágil na hora da partida — não só de si como indivíduo, mas da comunidade emigrada, é natural, legítimo e tarefa nunca acabada. Estar inscrito em associações chamadas "Camões" não basta. A assistência cultural e docente será sempre pouca. Mas acompanhá-la com a consciencialização do novo espaço onde se vive, onde acaso o futuro já o espera, saber com algum relevo o que significa ser a pátria de Montaigne, de Descartes, de Pasteur ou a de Lutero de Goethe e Einstein, não é contraditório com a defesa da *identidade* desses homens e mulheres que queiram-no ou não vivem fora do seu lugar de origem e são de algum modo cidadãos de "duas pátrias". Este dever de uma dupla educação para um só *diálogo* entre si e os outros é tanto mais imperioso hoje, nesta Europa em construção e de que o emigrante terá sido, foi e é, a primeira encarnação concreta, pagando por ela o preço alto de todas as antecipações, mesmo as forçadas.